

Antônio Houaiss, a cultura brasileira e a língua portuguesa

Leodegário A. de Azevedo Filho*

* Professor Emérito da UERJ, titular da UFRJ e
Presidente da Academia Brasileira de Filologia.

Recordando as palavras de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, exatamente na passagem em que buscou caracterizar o estilo barroco do grande Euclides da Cunha, cremos que também se poderia dizer o mesmo, ou quase isso, do estilo de Antônio Houaiss. Ele também, muitas vezes, escrevia rebuscadamente, avizinhando-se do precioso, do bombástico, do retórico, do gongórico ou, se quiserem, até mesmo do pedante, mas sem mergulhar jamais em qualquer um desses perigos, embora se deixasse tocar ligeiramente por eles, assim como a asa de um pássaro afoito roça a beira do abismo. Mas logo se salvava, partindo o seu pensamento do infinitamente pequeno para abarcar o infinitamente grande, à semelhança de um bailarino a dançar festivamente no palco da linguagem, não raro com surpreendentes saltos mortais, para afinal libertar-se pela profundidade e agudeza do seu pensamento e do seu vastíssimo saber. O pensamento de um grande teórico da cultura brasileira, sem qualquer sombra de dúvida um dos maiores do nosso século.

Ao completar 80 anos, uma Comissão de que honrosamente participamos, coordenada pelo Embaixador Vasco Mariz, lançou o livro

Antônio Houaiss: uma vida (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995), volume dividido em três partes: a) o homem; b) a obra; e c) depoimentos. Na introdução, os dados biográficos ficaram a cargo de Maurício Houaiss, irmão do homenageado, logo seguido de estudo de Sílvio Elia, saudoso amigo comum que também nos deixou, e que escreveu sobre “o professor”; Roberto Amaral, em análise precisa e inteligente, que se voltou para “o homem político comprometido com o socialismo;” Marcos Azambuja, que estudou, aliás muito bem, a sua atuação nas Nações Unidas; Evandro Lins e Silva, o nosso Ministro da Liberdade e Jurista do Século, que tratou das injustas punições por convicção política; o editor Abraão Koogan, companheiro de todos os momentos, que escreveu sobre “Meu querido Antônio”; o escritor Josué Montello, que assinou o importante e original texto intitulado “Um mestre em papel bíblia”; Geraldino Vieira, que escreveu sobre “o Ministro da Cultura”; o editor Ênio Silveira, também de saudosa memória, que nos falou “do amigo e do exemplo”; e Guilherme Figueiredo, igualmente amigo do homenageado, que dissertou sobre “o senhor da sabedoria das mesas”, como bom conhecedor, que era, de culinária.

Na segunda parte, logo de início, coube ao signatário deste breve ensaio a honra de escrever sobre “o lingüista e o filólogo”, exatamente o que Antônio Houaiss fez questão de ser ao longo da vida. Em seguida, Mauro Gama focalizou o incansável organizador de enciclopédias e dicionários; Antônio Sérgio Mendonça, em análise perspicua, falou sobre o teórico da literatura; Edson Nery da Fonseca sobre o bibliófilo e bibliólogo; Eduardo Portella sobre o crítico literário; Evaristo de Moraes Filho sobre o humanista; e Ivo Barroso sobre o tradutor.

Na terceira parte, alinham-se importantes depoimentos de Alberto Venancio Filho; do saudoso Antônio Callado; de Antônio Cândido; de seu companheiro Antônio Fantinato; de Arnaldo Niskier; dos sempre lembrados Darcy Ribeiro e Dias Gomes; de Ferreira Gullar; de Francisco de Mello Franco; do inesquecível Herberto Sales; de Ivan Junqueira; de Lygia Fagundes Telles; de Marcos Almir Madeira; de Marcus Accioly; de Maria Beltrão; de Moacyr Werneck de Castro; de Murilo Melo Filho; de Paulo Geiga; de Ramiro Sarai-

va Guerreiro; de Sérgio Paulo Rouanet; e de Vasco Mariz, o competente Coordenador do volume.

Na quarta parte, além das três principais, publica-se uma “Lista de obras de Antônio Houaiss”. E, na quinta, uma “*Tabula Gratulatoria*”. Cinco anos depois de editado e já esgotado o livro acima referido, o eminente Embaixador Alberto da Costa e Silva lembrou-se de nós, convidando-nos a colaborar noutra obra de extremo interesse, já que se volta para o Itamaraty e sua presença na cultura brasileira, obra patrocinada pelo Instituto Rio Branco. Temos, assim, dois grandes motivos para retornar a um tema que nos é tão caro: a permanente admiração pela obra de Antônio Houaiss; e o convite tão amável que nos foi dirigido pelo autor de *A enxada e a lança*, obra em que tão bem estudou as nossas raízes africanas.

Houaiss prefaciou o nosso livro *Iniciação em crítica textual*; e também o primeiro volume da nossa edição crítica da *Lírica de Camões*, com largo saber ecdótico e não menor generosidade. Ao longo de três décadas, atentamente acompanhou os nossos estudos camonianos, sabendo tratar-se do maior problema textológico da língua portuguesa de todos os tempos. Participou conosco de Congressos nacionais e internacionais, apoiando sempre, com o seu profundo conhecimento de crítica textual, as conclusões a que íamos chegando, à medida em que a nossa pesquisa avançava e colhíamos a lição dos próprios erros, sempre com humildade, diante de matéria tão complexa. Como personalidade ascendente que era, em nossos momentos de cansaço e desânimo, sempre nos trazia a sua palavra confiante, competente e amiga. Em debates científicos sobre o assunto, para honra nossa, no Brasil ou no Exterior, sempre explicava e justificava a fundamentação teórico-metodológica da nossa investigação, concordando com ela. Na verdade, em questões de lingüística e filologia, o seu nome ocupará sempre a segunda metade do nosso século, em face da grande obra que nos deixou. O seu *curriculum vitae* vai aparecer em apêndice a este estudo, o mesmo ocorrendo com a sua bibliografia, tão rica em exemplos de dignidade humana e de alto saber. Sendo assim, o nosso interesse aqui se voltará especificamente para a sua obra lingüística e filológica, pedindo desculpas aos leitores se vamos repetir o que

temos dito em outras oportunidades. E ainda repetiremos muitas vezes, em honra de sua memória.

No que se refere a publicações especializadas, foi editado, em 1959, o precioso estudo intitulado *Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca*, até hoje o melhor trabalho sobre o assunto na área dialetológica e ortofônica do português falado no Rio de Janeiro. Em confronto com o sistema vocálico do português de Lisboa, Antônio Houaiss demonstrou que a nossa pronúncia é de base vocálica (vocalismo tenso) em oposição à pronúncia de base consonântica do falar lusitano (consonantismo tenso). Daí, é claro, logo se conclui que o sistema consonântico do português do Brasil tende a modificações, assim como tende a modificar-se, por enfraquecimento, o sistema vocálico do português de Portugal. Aliás, em *Traço de União*, o escritor português Miguel Torga aconselhou aos seus patrícios que vinham ao Brasil: “é preciso pronunciar as vogais e amaciar as consoantes”. A despeito dessas pequenas diferenças — pequenas, mas importantes — em suas *Sugestões para uma política da língua* (Rio de Janeiro, INL, 1960), erudita e superiormente defendeu o princípio da unidade na diversidade do português falado nos dois lados do Atlântico, tese naturalmente bem acolhida pelos verdadeiros estudiosos da matéria. No caso, com a necessária flexibilidade, impõe-se a distinção já feita por Eugênio Coseriu entre sistema, norma e fala, partindo-se mesmo da dicotomia proposta por Ferdinand de Saussure entre *langue* e *parole*. Tudo isso, evidentemente, iria projetar os estudos lingüísticos e filológicos de Antônio Houaiss no mundo lusofônico, em face da clareza de suas posições e da qualidade de seus estudos.

Mas é na magistral *Introdução filológica às Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis (Rio de Janeiro, MEC, 1961), que Houaiss vai revelar-se o maior teórico da ciência ecdótica da língua portuguesa, lançando as bases realmente científicas para a edição do maior escritor brasileiro de todos os tempos. Ainda aqui, nos domínios específicos da crítica textual, da documentação e da bibliologia, ressaltamos os seguintes títulos: *Elementos de bibliologia* (1967), já em segunda reimpressão (1983), livro único nos domí-

nios da língua portuguesa e de amplo uso universitário, tanto no Brasil como em Portugal; *Obras, de Lima Barreto* (1956), volume publicado em colaboração com Francisco de Assis Barbosa e M. Cavalcânti Proença, onde a fixação crítica do texto é feita com visível rigor, razão pela qual se trata da melhor edição até hoje publicada desse admirável romancista; *O Texto dos Poemas*, introdução ao volume de *Gonçalves Dias, poesia e prosa escolhida*, publicado pela Aguilar, em 1959, com seguro estabelecimento crítico do texto e notícia sobre a questão. Na *Revista do Livro*, nº 15, Suplemento nº 1, em 1959, inseriu-se a sua magnífica *Introdução ao texto crítico das Memórias Póstumas de Brás Cubas*, ensaio que se tornou básico para a edição crítica de qualquer autor moderno das literaturas de língua portuguesa; no Suplemento nº 4 da *Revista do Livro*, nº 18 (1960), foi estampado o seu *Plano do Dicionário das Obras de Machado de Assis*, trabalho que só poderia ser concebido e estruturado por um filólogo da sua qualificação técnica. Mencione-se ainda a extraordinária edição crítica das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (MEC, 1961), livro que se tornou modelo de qualquer edição crítica de autor moderno, tanto no Brasil como em Portugal; a fixação crítica do texto de *Eu, outras poesias, poemas esquecidos* (1965), de Augusto dos Anjos, livro reeditado pela livraria São José, em 1971. Por último, as famosas edições críticas de *Obras, de Machado de Assis*, em 1975, pelo Instituto Nacional do Livro, com a sua extensa e intensa participação na Comissão Machado de Assis em suas distintas fases, como membro efetivo, na supervisão dos trabalhos de coordenação editorial final e constante colaboração nas atividades das subcomissões. Não é de admirar tão amplo e fecundo labor em quem, desde cedo, dedicou-se à história da língua, traduzindo para o por-

*Na verdade,
em questões de
lingüística e filologia, o seu
nome ocupará sempre a
segunda metade do nosso
século, em face da grande
obra que nos deixou.*

tuguês a excelente obra de Edwin B. Williams, com o título *Do latim ao português* (1961), livro básico para os estudantes de filologia românica e de lingüística diacrônica.

Se Antenor Nascentes nos deixou o primeiro *Dicionário etimológico da língua portuguesa* e Serafim da Silva Neto traçou a *História da língua portuguesa*, estaria reservada a Antônio Houaiss a glória de planejar e dirigir a organização do nosso maior dicionário, cujos originais afinal serão entregues à Editora Objetiva neste segundo semestre do ano 2000, graças aos esforços da Diretoria do Instituto Antônio Houaiss, tendo à frente Francisco de Mello Franco e Mauro Villar. E, com o apoio do Ministério da Cultura, na gestão de Francisco Weffort, a edição brasileira vai sair com ortografia de 43. Mas a edição portuguesa, com ortografia de 45, por falta de acordo ortográfico.

Retornando-se à qualidade da obra científica de Antônio Houaiss, bem sabemos que ela é multifacetada, pois abrange o ensaísta, o teórico da literatura, o crítico literário, o político, o tradutor de Joyce, o enciclopedista, o diplomata, o lexicógrafo e, sobretudo, o humanista e grande pensador da cultura brasileira. Mas foi, antes de tudo, o lingüista e o filólogo apaixonado pela língua portuguesa. Caberia então indicar aqui as grandes linhas de interesse de sua permanente investigação lingüística e filológica, dentro do espaço de que dispomos. E isso se fará a partir de sua ampla visão e notável conhecimento da lingüística moderna, desde muito cedo preocupando-se com a sociolingüística e com a etnolingüística, para estudar a variedade e a variação da língua no seio de uma determinada estrutura social ou de uma determinada cultura, sempre que trata de analisar a situação da língua portuguesa — nunca estática! — na diversidade cultural das sete nações que integram o mundo lusofônico, mas língua sempre unificada por um sistema comum, pela incolumidade de suas formas gramaticais, e que abrange ainda Timor Leste.

Outra linha de interesse em seus estudos, exatamente a que dele fez o maior mestre da matéria entre nós, está voltada para a ecdótica, aqui incluindo-se a crítica textual, especificamente considerada, e tão bem desenvolvida pela Comissão Machado de Assis, a que já fizemos referência. Falta, entretanto, mencionar o seu consistente

projeto de edição crítica da obra de Gregório de Matos, que bem expôs em congressos, a partir de curso de crítica textual ministrado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, há muitos anos. No caso, ele próprio caracterizou a magna questão, conforme texto publicado por nós nos anais do *I Simpósio de Língua e Literatura*, Rio de Janeiro, Gernasa, 1967, p. 27:

a) Não se conhece autógrafa de Gregório de Mattos; b) Não há texto seu impresso em vida; c) os códices que alegam preservar sua produção são apógrafos, já do século XVII, já do século XVIII; d) esses apógrafos parece terem sido colecionados a mão vária por admiradores do poeta ou da tradição do poeta, sem nenhum critério normativo, acolhendo quanto se dizia de sua autoria; e) os textos impressos, parciais, se basearam, via de regra, num só apógrafo; f) a alegada primeira edição aproximadamente mais completa foi feita, a ter havido colação, sem nenhuma crítica de autoria e com visível arbítrio, quanto à cronologia lingüística e a critério de crítica textual.

O que no exterior causa imensa perplexidade é que um país como o nosso até hoje não tenha criado a Comissão Gregório de Matos, com a missão específica de preparar uma edição crítica do maior poeta da língua portuguesa do século XVII, como até os portugueses cultos hoje reconhecem. Os manuscritos apógrafos, seja logo dito, já são conhecidos em grande número, embora estejam espalhados em bibliotecas portuguesas e brasileiras, públicas e particulares, sendo mesmo o primeiro passo da Comissão, aqui sugerida aos órgãos competentes, a reunião de todos eles, para que o ingente trabalho tenha início.

No século XVI, bem se sabe que o caso da lírica de Camões é o outro problema ecdótico da língua portuguesa, nesse sentido cabendo-nos a altíssima honra de ver a nossa edição, preparada ao longo de mais de 30 anos de exaustiva pesquisa, gradativamente publicada, em oito volumes e vários tomos, pela Imprensa Nacional- Casa da Moeda, de Lisboa, com amplo e competentíssimo “Prefácio”, exatamente assinado por Antônio Houaiss. Na verdade, os

dois problemas textológicos se equivalem, pois tanto no caso de Camões, como no caso de Gregório de Matos, são as questões autorais e as questões textuais propriamente ditas que vão constituir o grande desafio multissecularmente proposto aos pesquisadores daqui e do resto do mundo. Para isso, evidentemente, será preciso estabelecer critérios objetivos no sentido da constituição preliminar de um *corpus minimum* — o que não vai excluir a possibilidade de um *corpus additium* — de autoria incontroversa e confirmada ao menos por um testemunho da época, dando-se assim início ao estabelecimento crítico dos textos com os recursos fornecidos pela moderna teoria ecdótica, sobretudo com base no sistema de crítica das variantes, segundo as lições teóricas de um Gianfranco Contini, o grande mestre da moderna crítica verbal européia, falecido não faz muito tempo. Resolvidas as duas questões — sempre a partir dos manuscritos da época — da melhor forma técnica possível, ter-se-ão, então e afinal, o texto poético de Camões e o texto de Gregório de Matos, como ponto de partida para a revisão de todos os estudos literários até hoje desenvolvidos sobre ambos, mas lamentavelmente a partir de uma tradição ou transmissão impressa manifestamente corrompida. Por isso mesmo, o novo método estabelece, como exigência preliminar, o estudo paleográfico e codicológico dos livros de mão ou cancioneiros da época, todos apógrafos. Mas é neles que se encontram perdidas — já que os autógrafos desapareceram — as raízes textuais da obra lírica do Poeta português e da obra lírica do Poeta brasileiro. No caso de Camões, justo será assinalar aqui que o nosso colega Emmanuel Pereira Filho, depois de assistir ao proveitoso curso de crítica textual ministrado por Antônio Houaiss na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e já aqui referido, lançou as bases — mais tarde por nós revistas e desenvolvidas — da teoria do cânone mínimo, hoje universalmente conhecida. Com o indispensável amparo dado por Portugal à nossa pesquisa, a questão da lírica de Camões já não se encontra, como as pessoas sérias não ignoram, no mesmo ponto em que estava na metade do nosso século. Mas o problema Gregório de Matos ficou paralisado, sabendo Deus quando será retomada a questão, para honra da cultura literária no Brasil.

Em terceiro lugar, caberia dizer alguma coisa sobre o pensamento lingüístico de Antônio Houaiss, em particular quanto à importância de sua luta por uma ortografia única para os povos de língua portuguesa, que é uma língua de cultura, como tantas outras que ostentam unidade ortográfica. Também nós somos favoráveis ao acordo, mas não nos termos propostos, como várias vezes fizemos ver ao Mestre e Amigo. De tudo isso, ainda que em termos de síntese, trataremos aqui neste estudo de justíssima homenagem a uma das maiores inteligências da cultura brasileira contemporânea. Afinal, o nome de Antônio Houaiss ocupará sempre a segunda metade do nosso século, não apenas como extraordinário exemplo de dignidade pessoal e de solidariedade humana, mas também como o mais legítimo estudioso da língua que falamos e como o mais autêntico intérprete da nossa cultura, tão vasta e erudita foi a obra que nos deixou. Ele era, a um tempo, *gentleman* e *scholar*, como escreveu Sérgio Paulo Rouanet em livro em sua homenagem.

Nos seus últimos anos de vida, como éramos vizinhos, morando na mesma Av. Epitácio Pessoa, da Lagoa Rodrigo de Freitas, Houaiss gostava de conversar conosco sobre as grandes questões da lusofonia, conversas que se prolongavam em nossa casa de praia em Cabo Frio, quando nos dava a honra de lá ir, às vezes com Herberto Sales e Marcos Almir Madeira, em alguns fins de semana. Aqui a nossa identidade de pensamento era total, exceção sempre feita às questões ortográficas, embora ambos defendêssemos o acordo ainda possível com Portugal e demais nações de língua oficial portuguesa, mas com proposições teóricas nem sempre concordantes. A nosso ver, a Academia Brasileira de Filologia, de que ele também fazia parte, era a entidade cientificamente qualificada e preparada para discutir o assunto e, necessariamente, devia ser ouvida, como ouvidas deviam ser outras agremiações portuguesas voltadas para o estudo e a preservação da língua, além da Academia das Ciências, e sem esquecer as Universidades de lá e de cá. Não sendo feito isso, pois Houaiss entendia que o assunto era para ser tratado “de governo para governo, ouvindo-se apenas a Academia das Ciências, de Lisboa, e a Academia Brasileira de Letras”, tal acordo jamais poderia ter o indispensável respaldo de grande parte dos escritores

e intelectuais portugueses e brasileiros, como realmente não teve e nem vai ter jamais. Em 45, a elite cultural brasileira recusou o acordo, que só foi adotado em Portugal, ficando a ortografia no Brasil regida pelo acordo de 43. Em busca de uma unidade ortográfica, que nada tem a ver com unidade lingüística, é que se procurou novo acordo, que afinal vai ser rejeitado tanto em Portugal, como no Brasil, independentemente de qualquer decreto obrigando a sua aceitação. O que é urgente é que nossos governantes descubram esta verdade elementar: questões relacionadas com a língua nunca se resolvem por leis, nem por decretos. Nem há mais condições, a nosso ver, de haver acordo total quanto à acentuação gráfica dos vocábulos, pois o uso de certos sinais diacríticos também indica o timbre aberto ou fechado das vogais, não se podendo impor a pronúncia de Portugal ao Brasil, nem a pronúncia brasileira a Portugal. O melhor é respeitar a diversidade de pronúncia no vasto mundo lusofônico, cada nação usando o próprio sistema de acentuação, que é sempre acessório, de acordo com a pronúncia de cada povo. Em certos casos, sem qualquer acento, como em *Antonio*. Em síntese, no interesse superior da língua, devemos buscar o acordo naquilo em que o acordo ainda seja possível, como simples convenção e por consenso dos especialistas, e não por lei ou por decretos. Ou seja: as leis e os decretos devem vir depois e não antes. E Houaiss sabia disso, pois defendia convictamente as idéias socialistas, com amplo e total respeito às normas da democracia. Mas havia certos obstáculos, que não conseguiu transpor.

A nossa concordância era total, entretanto, quando se tratava da língua portuguesa encarada como sistema e com extraordinária unidade em todo o universo da lusofonia. Unidade na variedade, devendo-se assim respeitar as diferenças nacionais (e até regionais) de normas e usos lingüísticos. Para Houaiss, concordando com Sílvio Elia e conosco, ou nós concordando com ele, *Lusitânia* era o espaço geolingüístico da língua portuguesa, tendo-se assim a lusofonia, abrangendo culturas diferentes. O Brasil seria a *Nova Lusitânia* e Portugal a *Antiga*, reservando-se a expressão de *Novíssima Lusitânia* para as cinco nações africanas de língua oficial portuguesa. A *Lusitânia Perdida* estaria em Ásia e Oceânia, com exceção de

Timor Leste, que seria a *Lusitânia Recuperada*. Em tudo isso, a língua só mudaria, se o sistema mudasse. Mas como o sistema continua o mesmo, a despeito de qualquer variação de pronúncia, de vocabulário ou ainda de sintaxe, a língua não mudou. Daí dizer Sílvio Elia, quando nos reuníamos os três, que “infringir a *norma* é que era *normal*, sem trocadilho. Mas infringir o sistema é que seria grave.” E aqui exemplificamos com a questão de colocação de pronomes átonos na frase, que não é exatamente igual em Portugal e no Brasil, por motivos de ordem fonética, como Said Ali já acentuava. Sendo os pronomes átonos extremamente átonos na pronúncia portuguesa e semitônicos na pronúncia brasileira, pois o nosso vocalismo é tenso e o de Portugal é distenso, naturalmente se colocam no início de frase, na pronúncia brasileira, os pronomes átonos, como naturalmente se colocam em posição enclítica e não proclítica na pronúncia portuguesa. Por isso é que Silva Ramos dizia: “Eu não coloco os pronomes átonos na frase, eles é que se colocam. E onde caem aí ficam.”

Com isso muda a língua?

É claro que não, pois os pronomes átonos continuam os mesmos, tanto aqui como em Portugal. Portanto, ao contrário do que rigidamente estabeleciam as velhas e ultrapassadas gramáticas, deve-se respeitar a natural diversidade na colocação de pronomes átonos na frase, sem que em nada se altere o sistema lingüístico, a despeito das famosas regrinhas que tanta tinta já verteram em inúteis discussões puramente normativas e sem qualquer apoio na lingüística moderna.

Felizes são as línguas que, em sua riqueza e flexibilidade, se mantêm iguais a si mesmas, como a nossa, que é falada em vários continentes, exprimindo culturas diversificadas, sem perder a sua unidade de sistema, mas comportando sempre naturais variações de normas e de usos. No Brasil, bem sabemos como as coisas se passaram, desde o século do descobrimento aos nossos dias. No século XVI, com efeito, predominava a língua geral na costa brasileira, como língua franca, dela deixando-nos o padre José de Anchieta excelente gramática. Tal língua tinha, por base, as línguas do grupo Tupi, especificamente a língua dos Tupinambás.

No século XVII, época das Entradas e Bandeiras, houve um período de bilingüismo, pois se usava a língua geral ao lado da língua portuguesa, possibilitando vários empréstimos de adstrato. No século XVIII, o transplante da língua portuguesa já estava inteiramente realizado em solo brasileiro. Assim, no século XIX, brasileiros e portugueses falavam a mesma língua, todos como luso-descendentes, a despeito de qualquer diferença de norma e de uso. E a língua era tão nossa que a época foi de polêmicas entre portugueses e brasileiros, a exemplo da controvérsia de Pinheiro Chagas com José de Alencar, ou de Camilo Castelo Branco com Carlos de Laet. A propósito, Eugênio Coseriu costuma dizer sempre que, no século XIX, a elite intelectual brasileira assumiu a língua portuguesa como língua nacional do Brasil, recusando qualquer tutela de Portugal.

Existem diferenças?

Claro que sim. Mas elas, muito ao contrário de serem diferenças de língua, são apenas diferenças de normas e de usos do mesmo sistema. Portanto, recebemos uma língua feita, que aqui se implantou, superando, como língua de civilização escrita, as línguas ágrafas dos índios e dos negros. Os empréstimos lingüísticos advindos de línguas indígenas e africanas,

Retomando-se à qualidade da obra científica de Antônio Houaiss, bem sabemos que ela é multifacetada, pois abrange o ensaísta, o teórico da literatura, o crítico literário, o político, o tradutor de Joyce, o enciclopedista, o diplomata, o lexicógrafo e, sobretudo, o humanista e grande pensador da cultura brasileira.

que tanto enriqueceram o léxico do português da América, só entraram no sistema, depois que a ele se adaptaram fonomorfologicamente. Ao contrário de tudo isso, nos países europeus, onde a dialetologia por vezes se apresentou muito variada e intensa, a exemplo da Itália, como já observavam Antenor Nascentes, Sousa

da Silveira, Clóvis Monteiro e Antônio Houaiss, é claro que a língua nacional iria surgir da luta entre dialetos, predominando aquele que fosse expressão de maior desenvolvimento cultural, social e político. Mas outra é a situação dos países americanos, que receberam línguas feitas, como o castelhano nas repúblicas hispano-americanas ou como o português no Brasil. Portanto, a conclusão científica a que se pode chegar é apenas uma: há unidade na variedade, pouco importando qualquer variação de pronúncia, pois os fonemas são os mesmos, ou qualquer variação (renovação e inovação) de vocabulário, pois os morfemas gramaticais são rigorosamente os mesmos. Se há possíveis variações de sintaxe de colocação das palavras na frase, a exemplo dos pronomes átonos, já aqui comentados, por motivos fonéticos e não morfo-sintáticos, ou se há diferenças de algumas regências, isso apenas indica a flexibilidade e a riqueza do sistema, não a sua degradação. Aliás, tal fato nada tem a ver com o conceito de dialeto. No caso, são duas as situações a distinguir: a) A do dialeto que se eleva culturalmente à situação de língua nacional, impondo-se aos demais, como nas velhas nações da Europa; e b) A do dialeto que deriva da língua nacional, estabelecendo diferenciação regional própria. A classificação de Littré, aqui lembrada, logo remete, em seu primeiro caso, à luta entre dialetos nos países da Europa, um deles impondo-se aos demais como língua nacional. Nos países da América, entretanto, é outra a situação, pois aqui o que se tem é língua transplantada e não luta entre dialetos. Assim, depois de implantada a língua portuguesa no Brasil, se aqui aparecerem dialetos, serão dialetos da língua portuguesa, jamais de qualquer língua indígena ou africana. A propósito, em nossos dias, a maioria dos nossos índios remanescentes fala língua portuguesa e até muito bem. E o que impressiona, num país como o nosso, de imenso território, é a sua impressionante unidade lingüística, embora ao lado da língua culta, padrão ou exemplar, haja tendências diferenciadoras na língua popular. Mas isso tanto ocorre no Brasil, como em Portugal ou qualquer outro país do mundo, pois, em qualquer sistema lingüístico, sempre se defrontam e lutam duas forças contrárias: uma agregadora e a outra desagregadora. Quando a primeira se

sobrepõe à segunda, fica evidente a predominância do sistema. Se houver equilíbrio entre as duas, o sistema ainda não se desarticulou. Portanto, só se pode falar em fragmentação lingüística, como ocorreu com o latim vulgar no vasto Império Romano, quando a força desagregadora for maior que a agregadora, como muitas vezes tem acentuado o professor Paul Teyssier, com pleno apoio dos nossos filólogos, entre eles Antônio Houaiss, o que nos assegura a unidade lingüística, ao lado das unidades territorial e política. Observe-se ainda que, nos Estados Unidos da América, superadas as incompreensões pseudo-nacionalistas, continuou-se a falar e a escrever a língua inglesa. Como bem assinalou Barbosa Lima Sobrinho, na página 83 do livro *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*, segunda edição recém-publicada pela Nova Fronteira, “ a nação mais poderosa do mundo moderno não se envergonha de usar, como língua nacional, aquela que ela própria faz questão de denominar *English language*.” Aliás, a grande tendência do mundo atual é para unificar e fortalecer os grandes blocos de línguas de cultura, como Houaiss tantas vezes acentuava.

Em conclusão, como sempre lembrava Antônio Houaiss, no espaço da *Nova Lusitânia*, fala-se o português como língua nacional, não se fala nenhuma língua indígena ágrafa, nem mesmo africana. Aqui se fala uma língua de civilização escrita, ostentando esplêndida literatura. E esta língua não é outra, senão a língua portuguesa, a que demos expressão brasileira, pois ela é tão nossa quanto dos demais países da lusofonia. E será, amanhã como hoje, aquilo que todos nós, os seus legítimos usuários ou utentes — no dizer de Houaiss — fizemos dela.

Como se vê, difícil não é falar de Antônio Houaiss e de sua paixão pela língua portuguesa. O difícil é parar, pois o assunto se amplia em círculos concêntricos e a sua obra aí está, viva como nunca, honrando a cultura brasileira, de que foi um de seus maiores intérpretes em nosso século.

Senhor absoluto do idioma e de seus mais íntimos segredos, encantava platéias atentas, sempre se mostrando fiel à própria cultura brasileira em sua força de raízes históricas, tendendo muito mais para a linha curva do que para a reta. Ele mantinha na língua o

gosto vivo das palavras, o sabor verbal, pois brincava com elas na frase como um *jongleur* de estrelas a explorar a própria aura mágica que envolve os vocábulos, não se perdendo nesse jogo inteligente e perigoso, porque nele a frase respirava ritmos e melodias inesperados, com profunda erudição e espantosa sensibilidade, tudo em estilo pictórico, dionisíaco mesmo, jamais apolíneo, pois tanto se dirigia à audição como à visão, composto sempre em profundidade, bem longe da superficialidade brilhante, e com partes subordinadas a um núcleo ideológico central, invariavelmente aberto e que se ampliava em contorcidas volutas sinonímicas. Mestre integral da língua cultivada por Vieira, como o velho e sábio jesuíta barroco sabia dominar o nosso sistema lingüístico, submetendo a frase aos jogos dos seus caprichos conceptuais, num estilo múltiplo e até geométrico pela disposição das linhas melódicas, que se entrecruzavam ou superpunham polifonicamente, não raro transmitindo a impressão visual de complicados arabescos verbais.

Não é clássico ou renascentista o estilo de Antônio Houaiss. E não é clássico exatamente porque foge à linearidade, recusa a linha reta, que nada tem a ver com nosso perfil cultural, inclinando-se sempre para a linha curva, em sua expressão barroca extremamente facetada e múltipla. Na realidade, a densidade de seu pensamento sempre correspondia à forma complexa de expressá-lo, realizando tudo isso de modo fascinante, esse extraordinário senhor das palavras e mestre da nossa cultura, numa época em que todas as ciências se voltam para a valorização da minúcia, também ele partia do infinitamente pequeno para explicar o infinitamente grande.

Em suma, no amplo campo da lingüística e da filologia, pois língua e cultura guardam entre si relações de interdependência solidária, são de extrema importância as suas contribuições dadas ao estudo dos sons da língua, desintegrando átomos lingüísticos em traços fônicos distintivos, a partir da análise dos sons da fala; ao sistema ortográfico e à luta muito difícil por sua implantação unificada nas sete nações de língua portuguesa; à penetrante análise das diferenças do português da América em face do português da Europa, diversidade que não destrói a unidade superior do sistema, tudo desenvolvido em sólidas bases sócio- e etnolingüísticas; à aprecia-

ção crítica das grandes correntes da lingüística moderna em nosso século, a exemplo dos seus estudos sobre estruturalismo; à descrição e à investigação do funcionamento da língua, tanto em sua modalidade escrita como falada; à preocupação em desenvolver estudos dialectológicos, sobretudo em relação ao falar carioca; à dedicação ao estudo da língua literária — no que seguiu o pensamento de Sapir- ou a estudos estilísticos dos mais representativos escritores das literaturas do Brasil e de Portugal; à pesquisa sobre o português do Brasil ou sobre a formação histórica da língua que falamos, com suas contribuições indígenas e africanas, entre outras; à política do idioma, sempre voltada para a unidade do mundo lusofônico e não para a sua fragmentação; ao conhecimento da versificação românica, integrando-se aqui os estudos específicos sobre a versificação em língua portuguesa, particularmente nas edições de poetas brasileiros ou em artigos, aliás bem numerosos, de crítica literária; à formulação teórica que deu à crítica textual no Brasil, tornando-se o mais completo especialista em ecdótica nos domínios da língua portuguesa; à revisão da gramática histórica, tradutor que foi de Williams, após o curso superior de Letras Clássicas; às questões de morfo-sintaxe e de semântica da língua, motivo de freqüente preocupação sua; aos estudos lexicográficos, como dicionarista erudito; e, sem terminar ou fechar o vasto campo do seu interesse lingüístico e filológico, pois tal campo se nos depara ilimitado, refira-se ainda aqui à revisão sistemática dos termos da nomenclatura gramatical brasileira, estudando a língua em plano sincrônico com a mesma segurança de seus estudos em plano diacrônico. Por tudo isso explica-se que o nome de Antônio Houaiss seja identificado, imediatamente, com a própria substância científica da lingüística e da filologia no Brasil de nossos dias. ■

Antônio Houaiss, a cultura brasileira e a língua portuguesa

Leodegário A. de Azevedo Filho

Resumo

O texto reproduz uma conferência proferida na Academia Brasileira de Letras sobre a obra lingüística e literária de Antônio Houaiss. A partir do livro intitulado *Antônio Houaiss: uma vida*, publicado pela Editora Civilização Brasileira, em 1995, em homenagem aos 80 anos do grande filólogo brasileiro, é analisado o conjunto da sua obra. O livro se divide em três partes: o homem, a obra e depoimentos de amigos. Em síntese, na conferência, são examinadas as várias dimensões intelectuais do homenageado: o lingüista, o filólogo, o crítico textual, o ensaísta, o teórico da literatura, o crítico literário, o político, o tradutor, o enciclopedista, o diplomata, o lexicógrafo, o humanista e o grande pensador da cultura brasileira que ele foi.

Palavras-chaves

Lingüística, filologia, crítica textual, literatura, crítica literária, socialismo, humanismo e cultura brasileira.

Abstract

The text reproduces a spoken lecture at the Brazilian Academy of Literature about the activities and intellectual works by Antônio Houaiss in many areas of human knowledge, such as: linguistics, philology and textual criticism, lexicography, literature theory, literary criticism, socialism and politics, translation of eminent works, encyclopedias, diplomatic activities, humanism and brazilian culture.

Key-words

Linguistics, philology and textual criticism, lexicography, literature theory, literary criticism, socialism and politics.